



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)**

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

**Relatório de Avaliação do Controle Interno 0020/2017**

INTERESSADO:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ
C/ CÓPIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - TCE/MT
ASSUNTO:	Relatório de Avaliação de Controle Interno dos sistemas contábil e financeiro.

Controle Interno. Avaliação dos controles internos dos sistemas de Contábil e Financeiro do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas Unidades Setoriais de Contabilidade e Financeiro e análise da atuação da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ como órgão central.

Cuiabá - MT  
Fevereiro/2018



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### SUMÁRIO

1. - Introdução
2. - Metodologia
3. - Análise Gerencial Subsistema Financeiro
  - 3.1. - Restos a Pagar
  - 3.2. - Diárias
  - 3.3. - Adiantamento
  - 3.4. - Despesas Públicas
  - 3.5. - Fatos Extra Caixa - NEX
  - 3.6. - Programação Financeira
  - 3.7. - Órgão Central e Unidades Orçamentárias
4. - Análise Gerencial Subsistema Contabilidade
  - 4.1. - Contas Bancárias
  - 4.2. - Demonstrações Contábeis
  - 4.3. - Dívida Ativa
  - 4.4. - Funcionamento do Sistema FIPLAN
  - 4.5. - Registros Contábeis
  - 4.6. - Precatórios
  - 4.7. - Órgão Central/Unidades Orçamentárias
5. - Conclusões



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### 1 - INTRODUÇÃO

Trata-se da consolidação das avaliações de controle interno das Unidades Setoriais de Contabilidade e Financeiro realizadas no exercício 2017, bem como, da atuação da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ/MT como órgão central, conforme diretrizes estabelecidas na Ordem de Serviço nº 0266/2017, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

Este relatório está dividido nos seguintes capítulos: Apresentação da Metodologia; Avaliação dos Controles e, por fim, as Conclusões.

O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir com a melhoria dos serviços públicos, através do aperfeiçoamento do sistema de controle interno.

O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, relacionados à gestão da contábil e financeira do Poder Executivo Estadual, tanto nas unidades setoriais quanto no órgão central, cujas competências e responsabilidades estão contidas no regimento interno da SEFAZ, e buscando, portanto, identificar as fragilidades existentes e, em que nível estas afetam a aderência às normas e aos procedimentos das áreas sistêmicas dos órgãos ou entidades, indicando as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos.

A partir do resultado desse trabalho serão elaborados planos de providências e monitoramento das medidas recomendadas. Busca-se também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades e processos para o acompanhamento simultâneo e para realização de ações preventivas de orientações e capacitações, bem como, para subsidiar a elaboração do plano de auditoria da CGE.

Por fim, o relatório dessa avaliação de controle interno será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao que determina a Resolução Normativa TCE/MT nº 12/2017.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

## 2 - METODOLOGIA

A metodologia para desenvolvimento da avaliação dos controles internos, observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, e se divide em quatro fases: planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento.

Na Fase de Planejamento , além do levantamento de informações, definição de equipes e elaboração de cronograma, buscou-se, fundamentalmente, realizar o mapeamento de riscos dos processos e atividades da área sistêmica.

Considerando a estrutura organizacional do Estado de Mato Grosso, os Macroprocessos foram tratados na nossa metodologia como subsistema de controle. Neste caso estamos tratando dos subsistemas Contábil e Financeiro.

Esta fase do trabalho inicia-se com o mapeamento dos procedimentos referentes ao controle interno que permitam avaliar a eficácia na gestão da política contábil e financeira do Executivo Estadual, por meio da SEFAZ como Órgão Central, com base nas competências, responsabilidades e atribuições que estão contidas em seu Regimento Interno, o qual foi aprovado por meio do Decreto Estadual nº 1.269 de 17 de novembro de 2017.

A SEFAZ, na função de Órgão Central, tem a missão de coordenar as atividades afetas à gestão das políticas contábeis e financeiras, a qual contempla a normatização e criação de diretrizes e procedimentos padrões, bem como, capacitação de pessoal e fiscalização das atividades afetas ao seu negócio e demais disposições regimentais.

A elaboração da Matriz de Planejamento específica para este trabalho teve como referência a missão e as atribuições da Secretaria de Estado de Fazenda SEFAZ, constantes no seu Regimento Interno. Referenciou-se também nas informações constantes de relatórios anteriores produzidos pela CGE, com destaque para o Relatório nº 077/2016, que tratou da avaliação dos controles internos do Órgão Central de Contabilidade e Gestão Financeira no exercício de 2015.

**Na fase da execução da Avaliação dos Controles Internos** , utilizamos o método de análise Problema => Causa, conforme demonstrado no diagrama abaixo:



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos, com a finalidade de mapear os riscos decorrentes de falhas nos procedimentos, bem como, o impacto negativo que as falhas de controle e cumprimento das normas a serem seguidas pelo Órgão Central das políticas de gestão patrimonial causa nas unidades setoriais.

Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema. Sendo assim, foram catalogados os principais problemas, riscos e suas causas, assim como foram emitidas recomendações de combate às causas originais e riscos potenciais identificados, buscando solução eficaz mais perene possível.

O detalhamento da metodologia das fases planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento são apresentadas em detalhes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, que pode ser acessado no site: [www.controladoria.mt.gov.br](http://www.controladoria.mt.gov.br). Esta fase do trabalho (Execução da Avaliação dos Controles Internos) foi desenvolvida pelos seguintes auditores: Emerson Alves Soares e Fabíola Maria Belmonte.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### 3 - ANÁLISE GERENCIAL SUBSISTEMA FINANCEIRO

As avaliações de controle realizadas no exercício de 2017, nos Órgãos e Entidades da Administração Estadual, consideraram o método PROBLEMA => CAUSA. O método permitiu identificar os problemas constantes no Subsistema Financeiro e as causas relacionadas à Estrutura, ao Funcionamento e à Segurança dos controles internos de cada Unidade avaliada, compreendendo os seguintes parâmetros determinados pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*): Estrutura Organizacional, Pessoas, Processos, Sistemas Informatizados, Infraestrutura Física e Tecnológica e Externalidades.

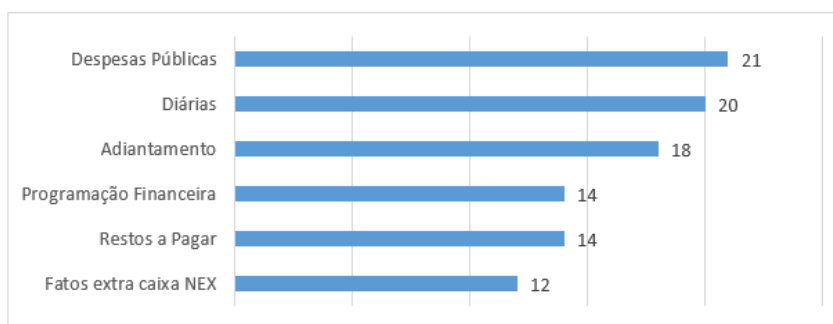
As avaliações do Subsistema Financeiro contemplaram 6 (seis) Pontos de Controle: Restos a Pagar, Diárias, Adiantamento, Despesas Públicas, Fatos Extra Caixa NEX e Programação Financeira.

Os problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos/entidades, depois de quantificados, foram discriminados por ponto de controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das 16 (dezesesseis) unidades avaliadas.

Destacamos que os Pontos de Controle Diárias e Adiantamentos foram avaliados em 9 órgãos: SES, SESP, SECID, SINFRA, DETRAN, SEJUDH, SEDUC, SEMA E SEFAZ. Os demais Pontos de Controle foram avaliados nas 16 Unidades Orçamentárias.

Nos 16 órgãos/entidades avaliados no exercício de 2017, foram identificados no Subsistema Financeiro 99 achados de problemas, e sua ocorrência por Ponto de Controle está representado no gráfico a seguir:

Gráfico 1.1 Quantidade de achados de Problemas por Ponto de Controle



Fonte: Processos analisados

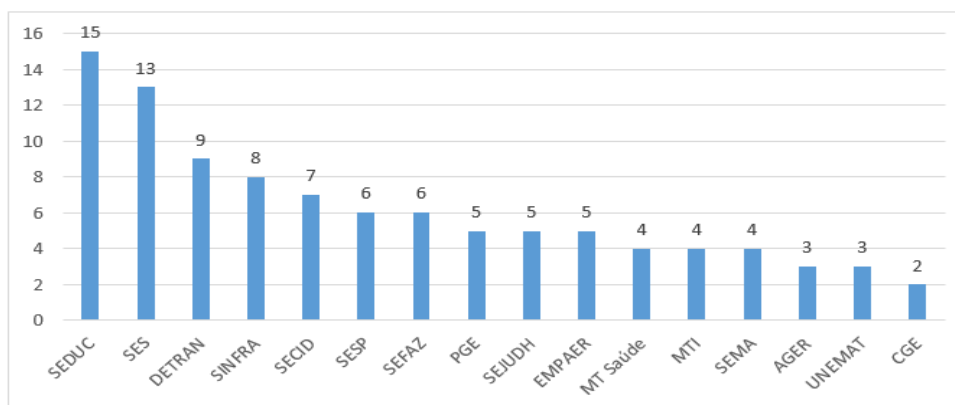


# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

A quantidade de achados de problemas por órgão pode ser visualizada no gráfico abaixo:

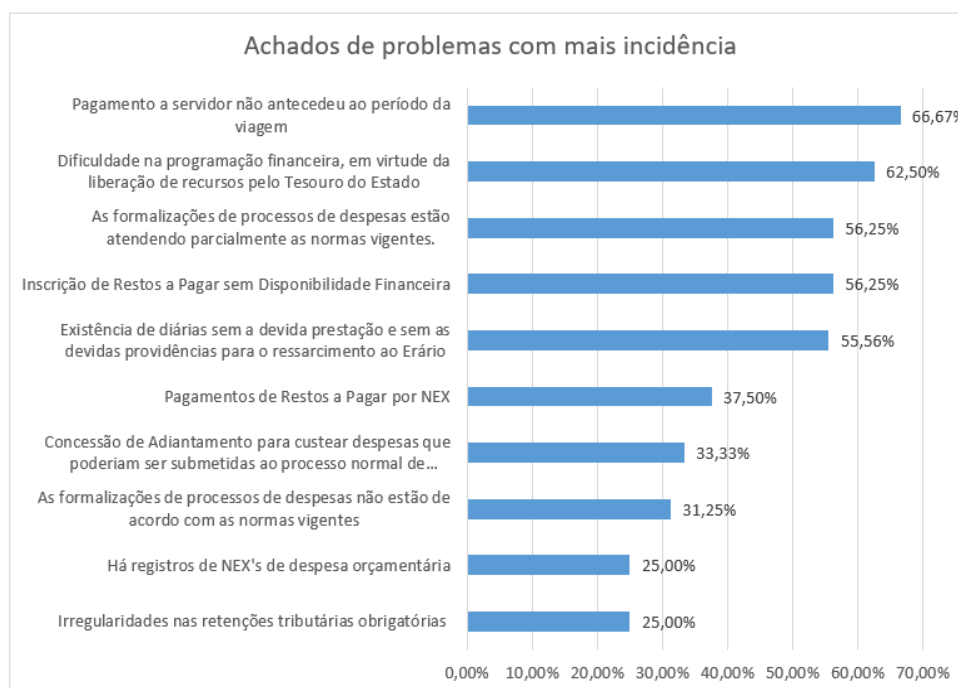
Gráfico 1.2 Achados de problemas por UO



Fonte: Processos analisados

Os problemas com maior incidência nos órgãos/entidades avaliadas foram:

Gráfico 1.3 Problemas mais recorrentes Subsistema Financeiro



Fonte: Processos analisados

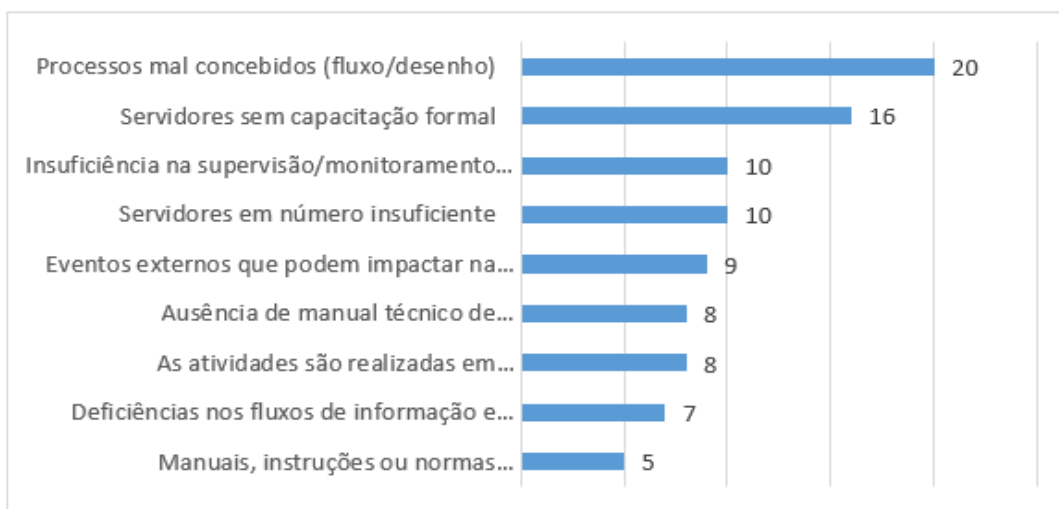


# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Os principais achados de causas identificados e a quantidade de vezes que ocorreram no Subsistema Financeiro foram:

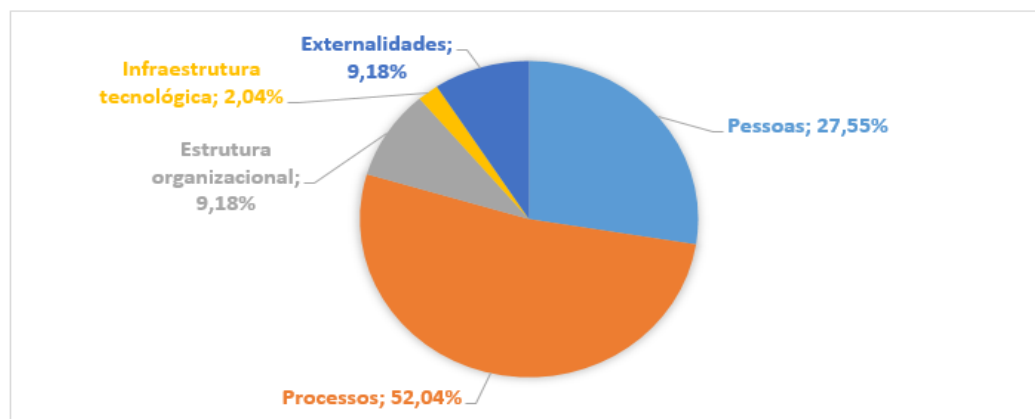
Gráfico 1.4 Causas mais recorrentes Subsistema Financeiro



Fonte: Processos analisados

Agrupando-se os achados de causas por Fontes, observou-se que as causas principais de problemas estão concentradas principalmente nas Fontes Processos (52,04%) e Pessoas (27,55%).

Gráfico 1.5 Causas agrupadas por Fontes – Subsistema Financeiro



Fonte: Processos analisados





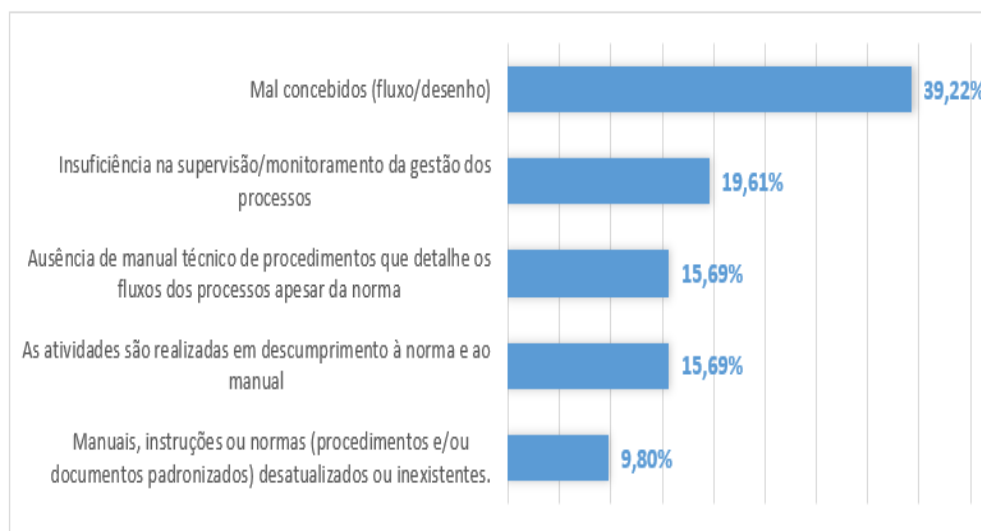
# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

As causas que compõem a Fonte Processos tiveram o seguinte percentual de ocorrência:

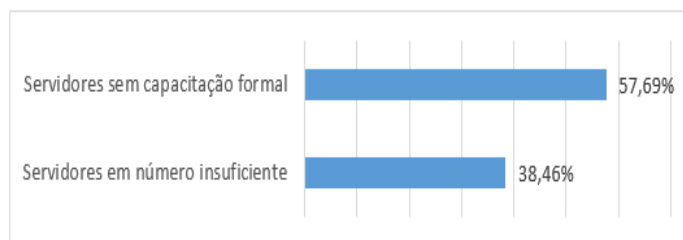
Gráfico 1.6 Causas na Fonte Processos – Subsistema Financeiro



Fonte: Processos analisados

As principais causas da Fonte Pessoas foram as seguintes:

Gráfico 1.7 Causas na Fonte Pessoas – Subsistema Financeiro



Fonte: Processos analisados

### 3.1 - RESTOS A PAGAR

No ponto de controle Restos a Pagar, foram identificados 4 achados de problemas com 14 incidências. Abaixo estão demonstrados graficamente os dois achados com maior incidência nas UOs avaliadas.

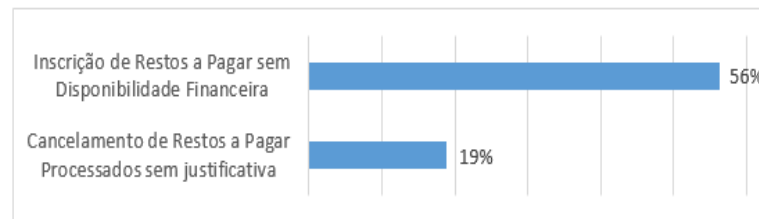


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 2.1 Achados de problemas - Restos a Pagar

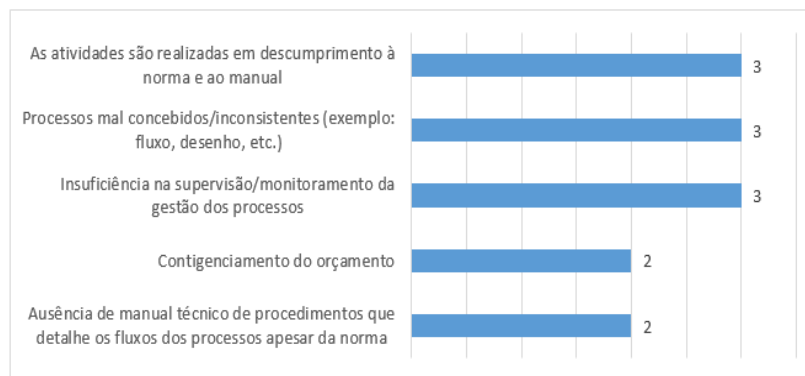


Fonte: Processos analisados

O principal achado de problema identificado no Ponto de Controle foi *Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade financeira*, o qual foi identificado em 56% das unidades avaliadas. Das 16 unidades orçamentárias avaliadas, apenas a SEJUDH não apresentou achado de problema nesse ponto de controle, em todas as demais UOs identificou-se 1 achado de problema em Restos a Pagar.

Foram identificados 9 achados de causas, com incidência de 17 vezes sendo as causas mais frequentes estão representadas abaixo:

Gráfico 2.2 Quantidade de achados de causas – Restos a Pagar



Fonte: Processos analisados

Os achados de causas foram agrupados por Fontes de causas: Processos, Externalidades, Pessoas, Estrutura Organizacional, Infraestrutura física e Infraestrutura tecnológica.

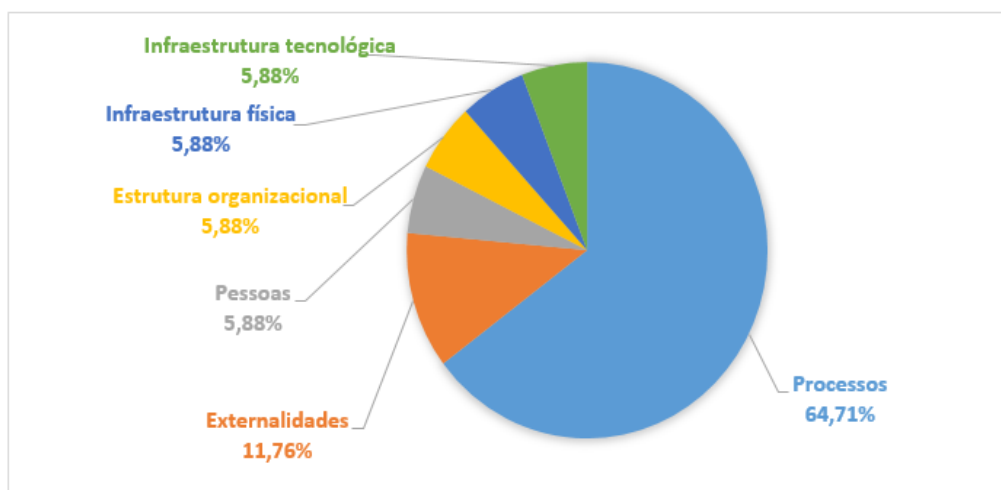


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 2.3 Fontes de Causas – Restos a Pagar



Fonte: Processos analisados

Verificou-se que 64,71% dos achados de causas identificados no Ponte de Controle Restos a Pagar referem-se a Fonte Processos e a segunda Fonte com maior quantidade de achados foi Externalidades, com 11,76%.

Portanto, a questão de auditoria *Há inscrição de restos a pagar sem cobertura financeira?* evidenciou uma alta porcentagem de órgãos avaliados com o achado *Insuficiência de saldo financeiro para cobertura dos restos a pagar inscritos*, contrariando, assim, dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, Decreto 93.872/1986 e Decreto nº 200/67. Esse fato constatado pode levar a uma situação de desequilíbrio fiscal e endividamento das UOs e, conseqüentemente, do Estado, além de comprometer a capacidade financeira dos exercícios seguintes. As principais causas para a ocorrência desse achado foram relacionadas a Fonte Processos, sendo necessária a otimização do fluxo processual e controle relacionados aos restos a pagar.

### 3.2 - DIÁRIAS

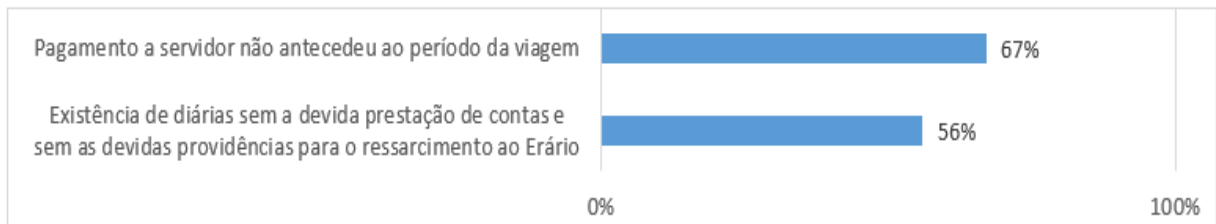
Identificou-se 9 (nove) achados diferentes de problemas, com incidência de 20 vezes. Os principais problemas identificados foram:



# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### Gráfico 3.1 Achados de Problemas - Diárias



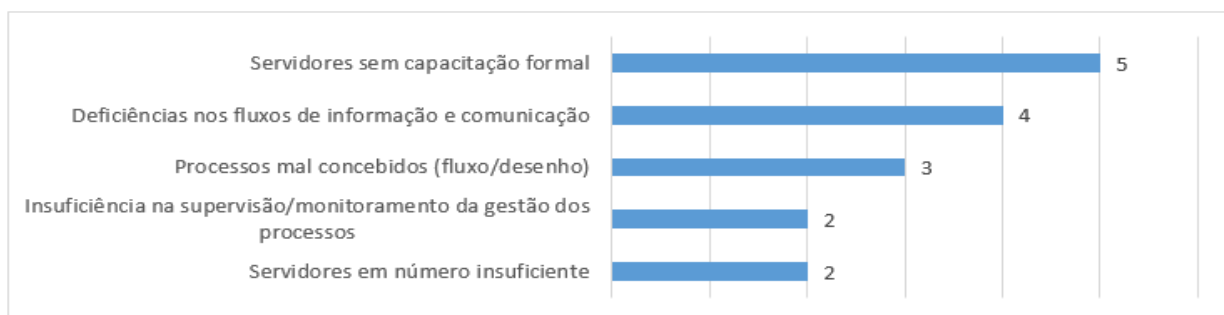
Fonte: Processos analisados

O achado preponderante identificado no Ponto de Controle Diárias foi *Pagamento a servidor não antecedeu ao período da viagem*, constatado em 67% das unidades avaliadas. O segundo achado com maior incidência foi *Existência de diárias sem a devida prestação de contas e sem as devidas providências para o ressarcimento ao Erário*, presente na avaliação de 56% das UOs.

Verificou-se que as UOs que apresentaram mais achados de problemas nesse ponto de controle foram SINFRA e SEDUC, ambas com 3 achados. As demais UOs apresentaram, cada uma, 2 achados de problemas em Diárias.

Foram identificados 10 achados de causas com incidência de 21 vezes. As causas incidentes estão representadas graficamente:

### Gráfico 3.2 Quantidade de achados de causas - Diárias



Fonte: Processos analisados

Os achados de causas foram agrupados por Fontes e demonstradas abaixo:

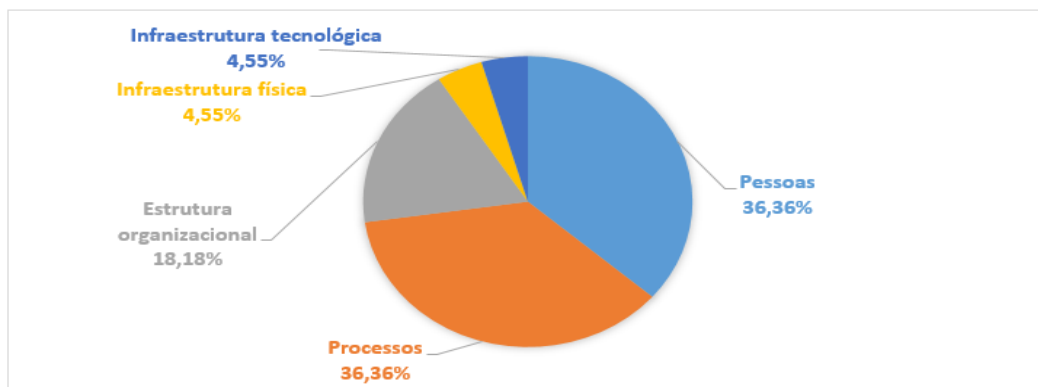


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 3.3 Fontes de Causas - Diárias



Fonte: Processos analisados

Observou-se que as principais causas estão relacionadas às fontes de Pessoas e Processos, ambos com 36,36% e trazem riscos às UOs, pois fatores como servidores sem capacitação e deficiências nos fluxos processuais, interferem na qualidade do trabalho, principalmente, em relação à conformidade processual e podem trazer prejuízo ao Erário, como nos casos de ausência de prestação de contas dentro do prazo legal e sem providências pelas UOs para o ressarcimento.

### 3.3 - ADIANTAMENTO

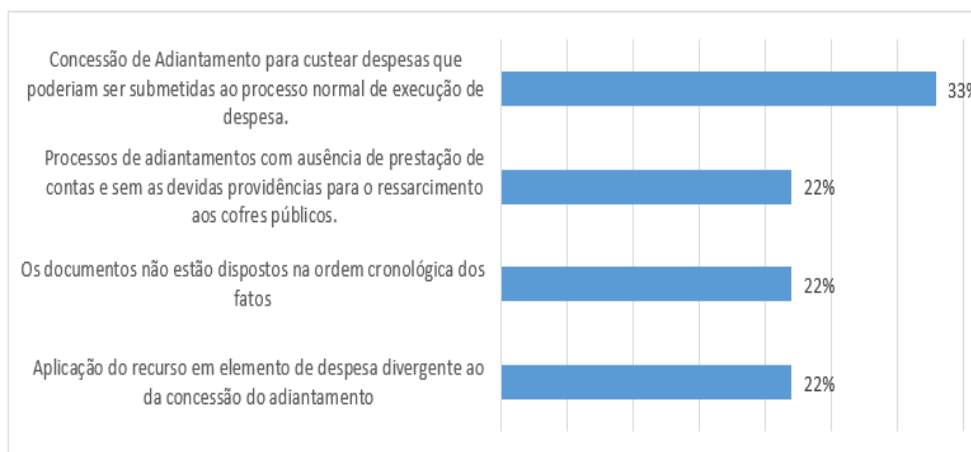
Foram identificados 13 achados de problemas nas unidades avaliadas, os quais totalizaram 18 ocorrências, sendo os achados mais recorrentes os seguintes:



# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 4.1 Achados de Problemas - Adiantamento

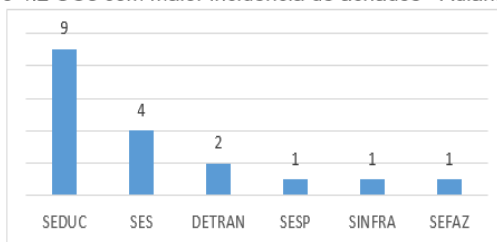


Fonte: Processos analisados

Em 33% dos órgãos/entidades avaliados no exercício de 2017, foi identificado o achado de problema *Concessão de adiantamento para custear despesas que poderiam ser submetidas ao processo normal de execução da despesa*. Os demais achados representados graficamente foram constatados em 22% das UOs.

As UOs que apresentaram mais achados de problemas nesse ponto de controle foram SEDUC, SES e DETRAN, com 9, 4 e 2 achados, respectivamente e estão representados no gráfico abaixo:

Gráfico 4.2 UOs com maior incidência de achados - Adiantamento



Fonte: Processos analisados

Foram identificados 6 achados de causas, os quais incidiram 10 vezes, e a causa predominante foi *Servidores sem capacitação formal*, com 5 achados.

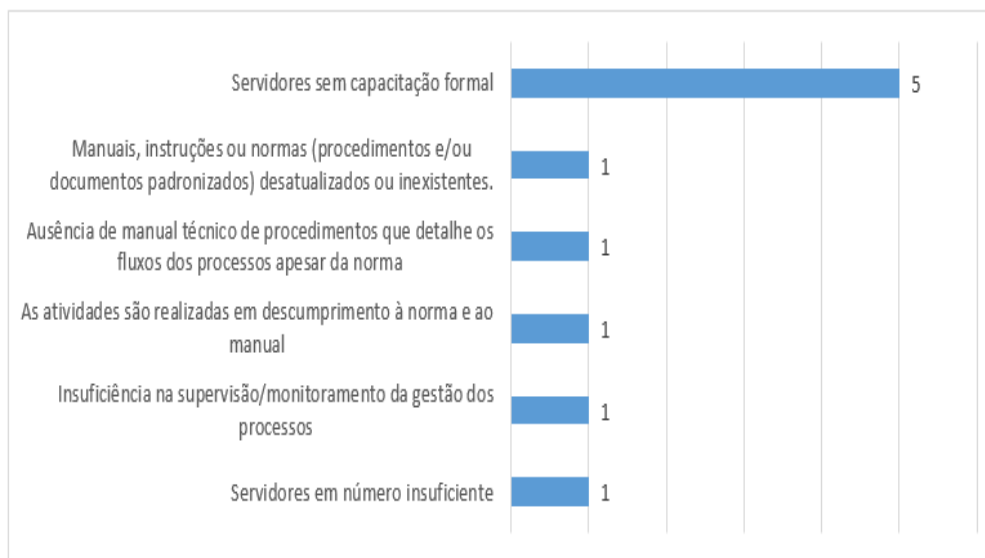


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 4.3 Quantidade de achados de causas – Adiantamento



Fonte: Processos analisados

Os achados de causas foram agrupados por Fontes de causas e representados no gráfico abaixo:

Gráfico 4.4 Fontes de causas - Adiantamento



Fonte: Processos analisados

Depreende-se que todas as causas identificadas no Ponto de Controle fazem parte das Fontes Pessoas e Processos, as quais tiveram 60% e 40%, respectivamente, de achados de causas identificados. Infere-se que muitas UOs não estão realizando o planejamento adequado de suas aquisições, exemplo do achado de problema *Concessão de adiantamento para custear despesas que poderiam ser submetidas ao processo normal de execução*, encontrado em 33% das UOs avaliadas. Relevantes



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

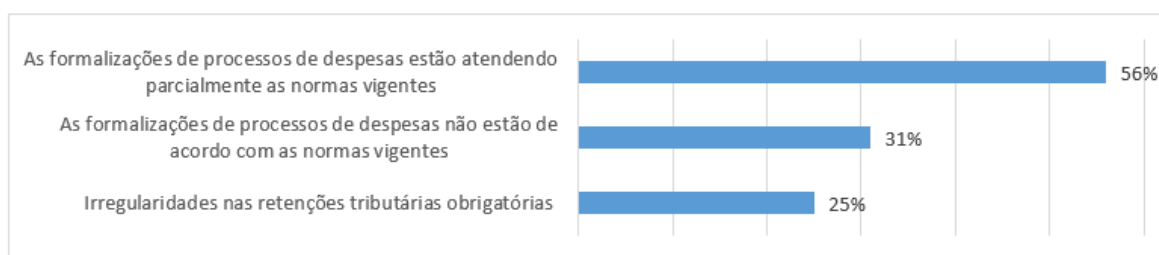
OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

causas de problemas identificadas como carência de capacitação dos servidores e falhas no fluxo processual elevam os riscos relacionados à conformidade processual e à execução orçamentária da entidade.

### 3.4 - DESPESAS PÚBLICAS

Foram identificados 6 achados de problemas nas unidades avaliadas, com incidência total de 21 vezes.

Gráfico 5.1 Achados de problemas – Despesas Públicas

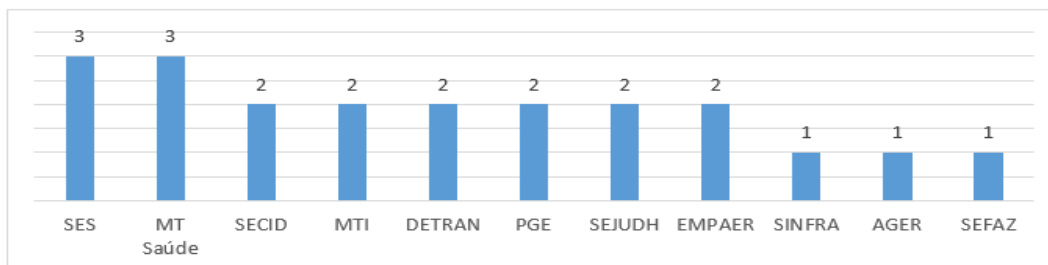


Fonte: Processos analisados

Em 56% das unidades avaliadas foi identificado o achado *As formalizações de processos de despesas estão atendendo parcialmente as normas vigentes*. A seguir, o achado mais recorrente foi *As formalizações de processos de despesas não estão de acordo com as normas vigentes* (31%).

Os órgãos/entidades que apresentaram maior incidência de achados problemas foram SES e MT Saúde, cada um com 3 achados, como visualizado no gráfico abaixo. As UOs SESP, CGE, SEDUC, SEMA e UNEMAT não apresentaram achados de problemas no ponto de controle Despesas Públicas.

Gráfico 5.2 Achados de problemas por UO – Despesas Públicas



Fonte: Processos analisados

Foram identificados 10 achados de causas, com recorrências que totalizaram 24 vezes.





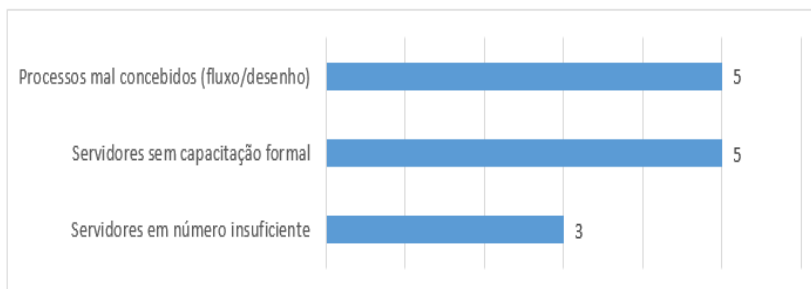
# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

As principais causas identificadas foram:

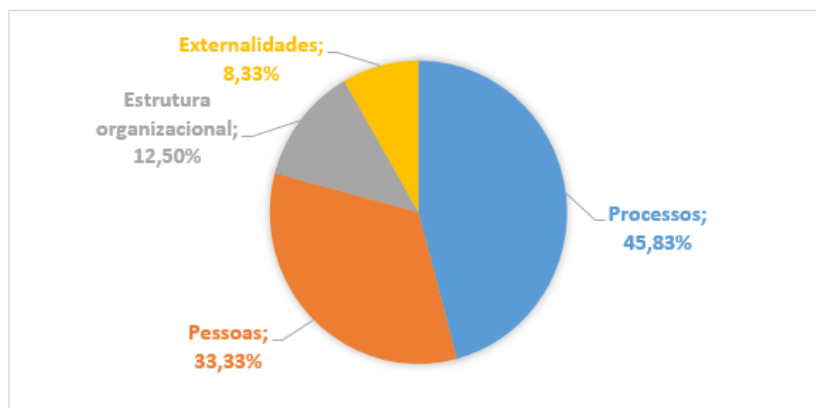
Gráfico 5.3 Achados de causas – Despesas Públicas



Fonte: Processos analisados

Os achados de causas foram agrupados por Fontes de causas e podem ser visualizados no gráfico a seguir:

Gráfico 5.4 Fontes de Causas – Despesas Públicas



Fonte: Processos analisados

Agrupando-se os 24 achados de causas por Fontes, verificou-se que a maior parte das causas está relacionada a Processos (45,83%) e Pessoas (33,33%). A manutenção dessas causas, tais como carência de capacitações e falha nos fluxos processuais de controle e registros das despesas públicas, eleva os riscos de inconformidades e prejuízo ao Erário.

### 3.5 - FATOS EXTRA CAIXA - NEX

O achado de problema predominante nesse ponto de controle foi *Pagamento de Restos a Pagar por NEX*, encontrado em 38% das unidades avaliadas, seguido por *Há registros*

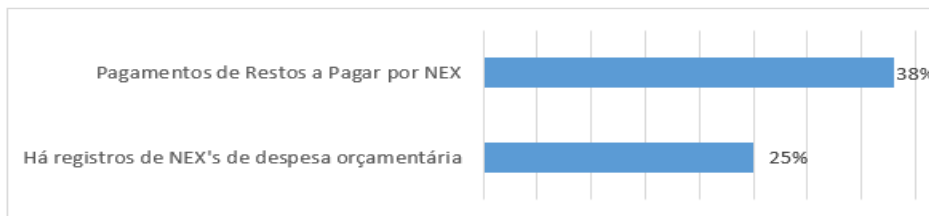


# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

de NEXs de despesa orçamentária (25%).

Gráfico 6.1 Achados de Problemas – Fatos Extra caixa NEX

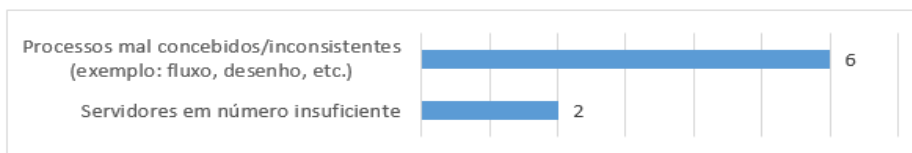


Fonte: Processos analisados

Foram identificadas 21 ocorrências dos achados citados e com exceção das UOs MT Saúde, MTI, CGE e SEJUDH, que não apresentaram achados, nas demais UOs foi identificado 1 achado nesse ponto de controle.

Identificou-se 6 achados de causas, com 12 incidências, das quais as principais estão representadas abaixo:

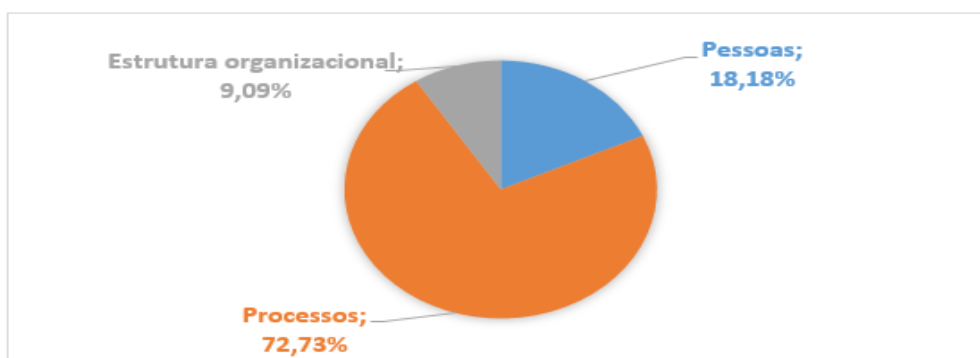
Gráfico 6.2 Quantidade de achados de causas – Fatos extra caixa - NEX



Fonte: Processos analisados

Os achados de causas foram agrupados por Fontes e podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 6.3 Fontes de causas – Fatos extra caixa - NEX



Fonte: Processos analisados

Constatou-se que a maior parte das causas está relacionada a Processos (72,73%),



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

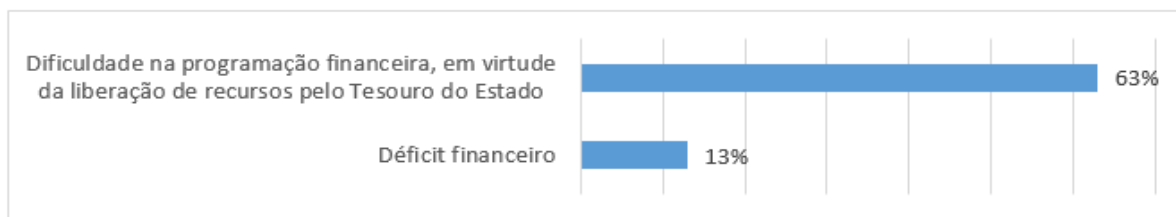
OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

sendo o principal achado de causa identificado *Processos mal concebidos/inconsistentes*. As deficiências de fluxo processual e rotinas de conformidade verificadas nas UOs avaliadas elevam os riscos de descumprimento à legislação e ocorrência de impacto orçamentário já que a NEX destina-se ao pagamento de despesas não previstas no orçamento.

### 3.6 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Nesse ponto de controle, constatou-se 4 achados que totalizaram 13 incidências. Os achados que mais ocorreram estão representados no gráfico abaixo:

Gráfico 7.1 Achados de problemas – Programação Financeira



Fonte: Processos analisados

Destaca-se o achado *Dificuldade na programação financeira, em virtude da liberação de recursos pelo Tesouro do Estado*, o qual foi identificado em 63% das unidades avaliadas.

A SES apresentou dois achados e as demais unidades avaliadas apresentaram 1 achado de problema, com exceção das UOs AGER, MT Saúde e SEFAZ, as quais não tiveram achados de problemas identificados nesse ponto de controle.

Foram identificados 6 achados de causas, com ocorrências que totalizaram 15 vezes, representados abaixo:

Gráfico 7.2 Quantidade de achados de causas – Programação Financeira



Fonte: Processos analisados

Dos 15 achados de causas no Ponto de Controle Programação Financeira, os predominantes foram: 5 achados relacionados à causa *Contingenciamento do*



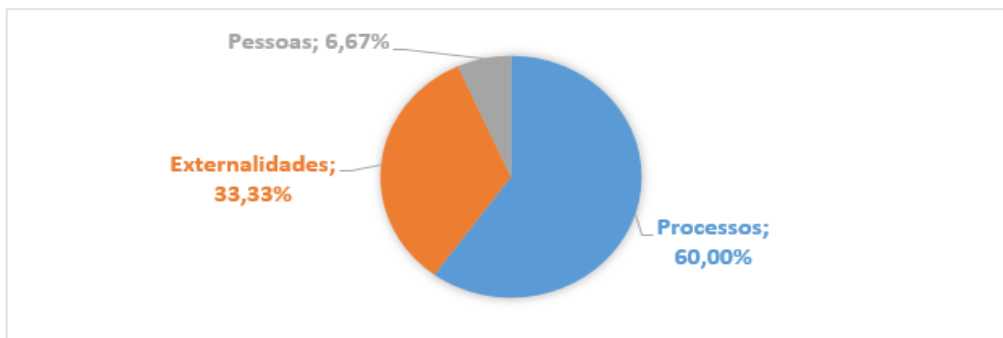
# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

orçamento ; 3 achados referiram-se às causas *Processos mal concebidos/inconsistentes* e *As atividades são realizadas em descumprimento à norma e ao manual*. Os achados de causas foram agrupados por Fontes e sua composição foi demonstrada no gráfico abaixo:

Gráfico 7.3 Fontes de causas – Programação Financeira



Fonte: Processos analisados

Verificou-se que a maior parte das causas está relacionada a Processos (60%). As causas na Fonte Externalidades representaram 33,33% dos achados. Além da ocorrência das externalidades, como o contingenciamento do orçamento, verificou-se que muitas UOs não mantêm controle da programação financeira com o acompanhamento efetivo dos repasses determinados. Ressalta-se a importância de um planejamento adequado para que o orçamento seja efetivamente um instrumento de gestão e que a programação financeira seja condizente com a realidade de cada UO, pois, muitas vezes, as inadequações são corrigidas na execução da programação financeira, mediante suplementações ou contingenciamento de recursos.

### 3.7 - ÓRGÃO CENTRAL E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

A avaliação realizada no Órgão Central do Subsistema Financeiro, SEFAZ/MT, identificou os seguintes achados de problemas.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Quadro 1.1 Problemas identificados no Órgão Central - SEFAZ

Achados de problemas
Não há ações realizadas para identificar e disponibilizar capacitação e treinamento voltados para as unidades orçamentárias
Não há elaboração de diretrizes que garantam cumprimento da programação financeira
Não há disponibilidade de caixa suficiente para cumprir a Programação Financeira
Não há ações realizadas para orientar e assegurar a limitação de empenhos na execução financeira em caso de frustração na arrecadação de receitas
Não há ações realizadas para orientar e evitar a inscrição de Restos a Pagar sem cobertura/lastro financeiro

Fonte: análise de processos

As seguintes causas de problemas foram identificadas:

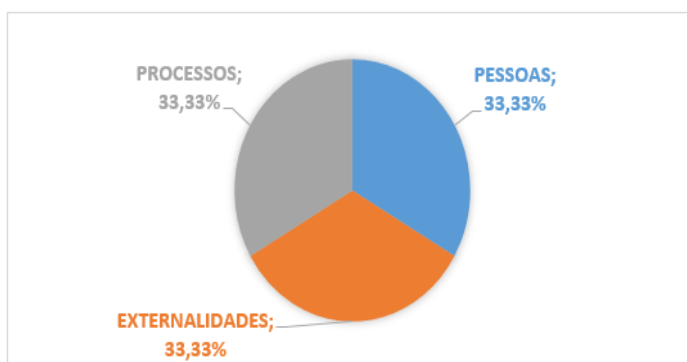
Quadro 1.2 Causas identificadas no Órgão Central - SEFAZ

Achados de causas
Servidores em número insuficiente
Contingenciamento do orçamento
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos

Fonte: análise de processos

Agrupando-se as causas de problemas por Fontes, verificou-se a seguinte ocorrência percentual.

Gráfico 8.1 Fontes de causas - Órgão Central



Fonte: Processos analisados

Constatou-se que as causas de problemas no Subsistema Financeiro das UOs avaliadas no exercício de 2017 concentraram-se nas Fontes Processos (52,04%) e Pessoas



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

(27,55). As duas Fontes representam juntas 79,59% das causas. Observamos a relação de alguns problemas identificados no Órgão Central com problemas identificados nas UOs e abordados a seguir.

O Ponto de Controle Restos a Pagar apresentou o achado de problema *Inscrição de Restos a Pagar sem Disponibilidade Financeira* identificado em 56% das unidades avaliadas. Os achados de causas nesse Ponto de Controle referiram-se, predominantemente, à Fonte Processos com 64,71%, seguido por Externalidades 11,76%. Observa-se, portanto, que o problema identificado no Órgão Central *Não há ações realizadas para orientar e evitar a inscrição de Restos a Pagar sem cobertura/lastro financeiro* pode ter contribuído para a expressiva porcentagem do achado nas UOs.

O Ponto de Controle Diárias teve como principais Fontes de causas Pessoas e Processos, ambos com 36,36%. No Ponto de Controle Diárias, a Fonte de causas Pessoas representou 60% do total das causas de problemas e no Ponto de Controle Despesas Públicas tal Fonte teve o percentual de 33,33% de achados. Além disso, verificou-se que na Fonte Pessoas a principal ou uma das principais causas de problemas identificadas nos três Pontos de Controle citados foi *Servidores sem capacitação formal*. Na avaliação do Órgão Central, um dos achados de problemas constatados foi a ausência de ações realizadas para identificar e disponibilizar capacitação e treinamento voltados para as unidades orçamentárias.

No Ponto de Controle Programação Financeira, a Fonte de Causas predominante nas UOs foi referente aos Processos, com 60%. No Órgão Central, como relatado na Avaliação de Controle Interno, verificou-se dentre os achados de problemas, a ausência de elaboração de diretrizes que garantam o cumprimento da programação financeira; ações tempestivas para orientar a execução financeira no caso de frustração na arrecadação de receitas, além de não ter ocorrido, no exercício avaliado, disponibilidade de caixa suficiente para cumprir a Programação Financeira.

Portanto, a partir das análises realizadas, constata-se que existe relação entre os problemas identificados no Órgão Central com repercussão nas unidades orçamentárias avaliadas.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### 4 - ANÁLISE GERENCIAL SUBSISTEMA CONTABILIDADE

As avaliações de controle realizadas no exercício de 2017, nos Órgãos e Entidades da Administração Estadual, foram realizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas para a realização da Avaliação dos Controles Internos 2017, Portaria nº 038/2017/CGE, sendo que os procedimentos pautaram-se pelo método de análise de problema, identificação de causas e elaborações de recomendações.

O método permitiu identificar os problemas constantes no Subsistema de Gestão Contábil e as causas relacionadas à Estrutura, ao Funcionamento e à Segurança dos controles internos de cada Unidade avaliada, compreendendo os seguintes parâmetros determinados pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*): Estrutura Organizacional, Pessoas, Processos, Sistemas Informatizados, Infraestrutura Física e Tecnológica e Externalidades.

Os órgãos foram selecionados após identificação de áreas de risco e levantamento das atividades conforme Nível de Significância de Controle e classificação na curva ABC.

No exercício de 2017 foram avaliados 16 (dezesesseis) órgãos, a saber: SES, SESP, UNEMAT, MT-SAÚDE, SECID, SINFRA, DETRAN, MTI, CGE, PGE, SEDUC, SEFAZ, SEJUDH, SEMA, EMPAER e AGER.

Na avaliação as análises realizadas acusaram 93 (noventa e três) ocorrências de problemas nos 16 (dezesesseis) órgãos, considerando os 08 (oito) pontos de controle, o quadro abaixo demonstra uma classificação de relevância dos órgãos conforme a ocorrência de problemas encontrados e ponto de controle.

### ACHADOS DE PROBLEMAS

Nos 16 órgãos/entidades avaliados no exercício de 2017, foram identificados no Subsistema Contábil 93 (noventa e três) achados de problemas e a quantidade de achados de problemas por órgão pode ser visualizada no gráfico abaixo:

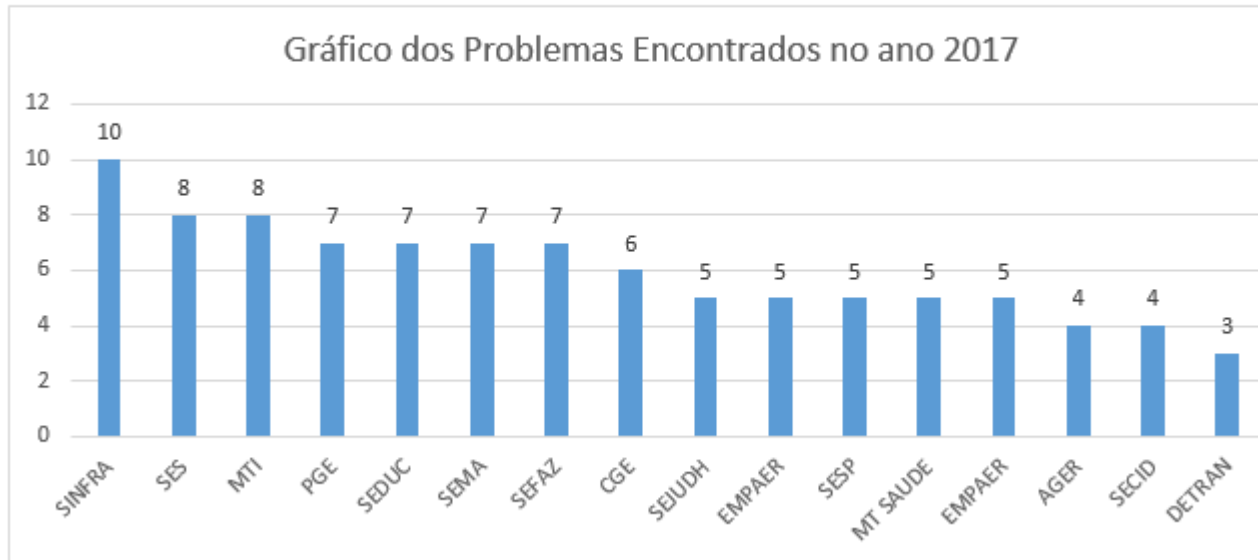


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 1.1 Achados de Problemas agrupado por órgão



### ACHADOS DE CAUSAS

Em nosso estudo gerencial, ao analisar as fontes das causas das vulnerabilidades e constatamos a seguinte situação:

A fonte de pessoas foram motivo dos achados em 41% (quarenta e um) por cento dos erros encontrados. Já a fonte processo foram causa de 34% (trinta e quatro) por cento do erros.

Em nossa análise, houve outras fontes de causas menos significantes como Infraestrutura organizacional com 14% (quatorze) por cento de ocorrências, e Sistemas informatizados com 4% (quatro) por cento das causas dos problemas encontrados em nossos trabalhos. Conforme ilustração no gráfico 1.2 abaixo:

O quadro geral encontrado apresenta deficiência no grupo pessoas, demonstra a necessidade de atacar as causas com soluções e investimentos nesta área, a fim de atender as demandas mais urgentes.

Observamos que a causa recorrente a Insuficiência de servidores também permeia vários órgãos.

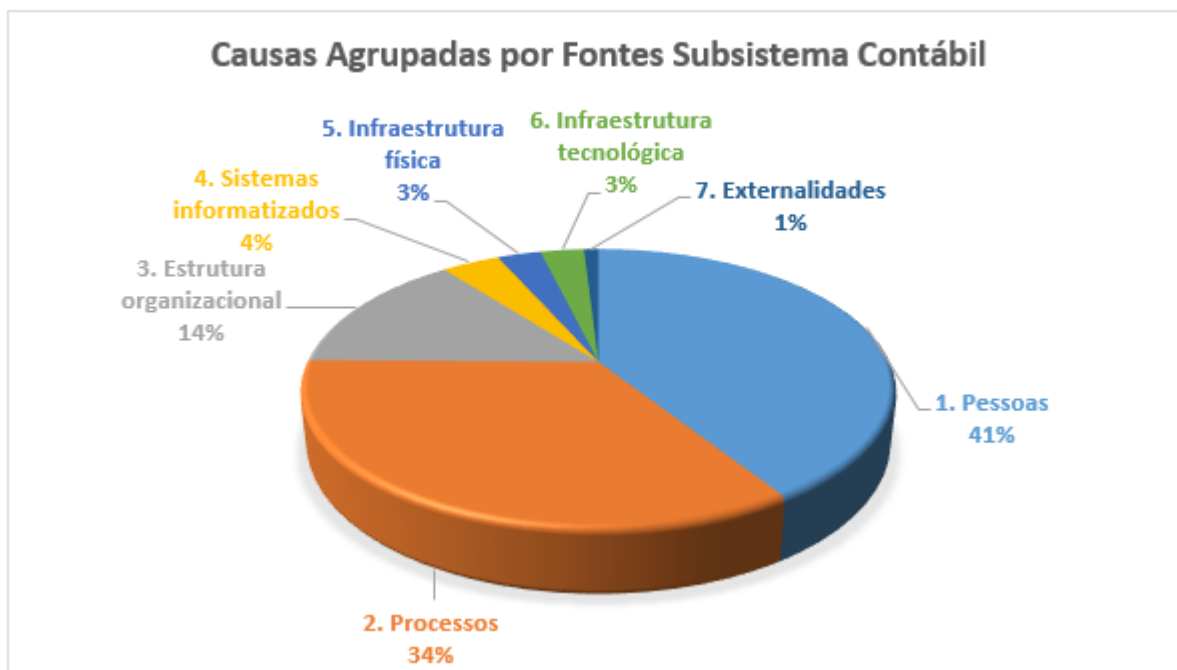




# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 1.2 Achados de agrupados de causas



A seguir passamos a analisar os pontos de controle individualmente com objetivo de melhor analisar os detalhes das fragilidades encontrados em nossos trabalhos.

## 4.1 - CONTAS BANCÁRIAS

Do total de 16 órgãos/entidades avaliados, foram identificados achados em relação ao problema Pendência não estão sendo regularizadas em 56% deles, em desacordo com o inciso IV do artigo 41 do Decreto 835/2017, extrapolando o prazo previsto de 03 (três) dias definido no decreto.

Já o achado Diferenças de relatórios e demonstrativos do Sistema Fiplan foi constatado em 31%(trinta e um) por cento, a situação indica que os dados de demonstrativos do Fiplan não confere com os outros relatórios do mesmo sistema.

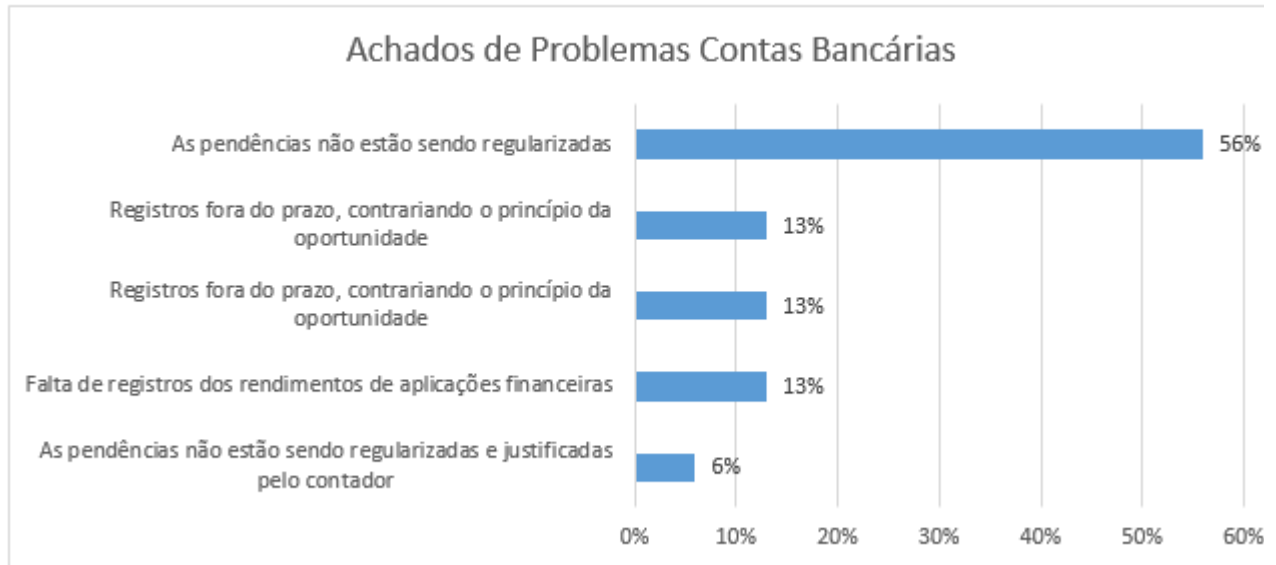
Os achados Pendências não estão sendo regularizados e *m desobediência ao Decreto de Execução 835/2017*. Esse achado enseja fragilidades nas contas bancárias com repercussões negativa na fidedignidade das informações de ordem financeira.



# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 2.1 Achados de Problemas – Contas Bancárias



Das 16 unidades orçamentárias avaliadas, apenas a 06 (seis) não apresentaram achado de problema nesse ponto de controle, em todas as demais UOs identificou-se achados de problema.

## ACHADOS DE CAUSAS

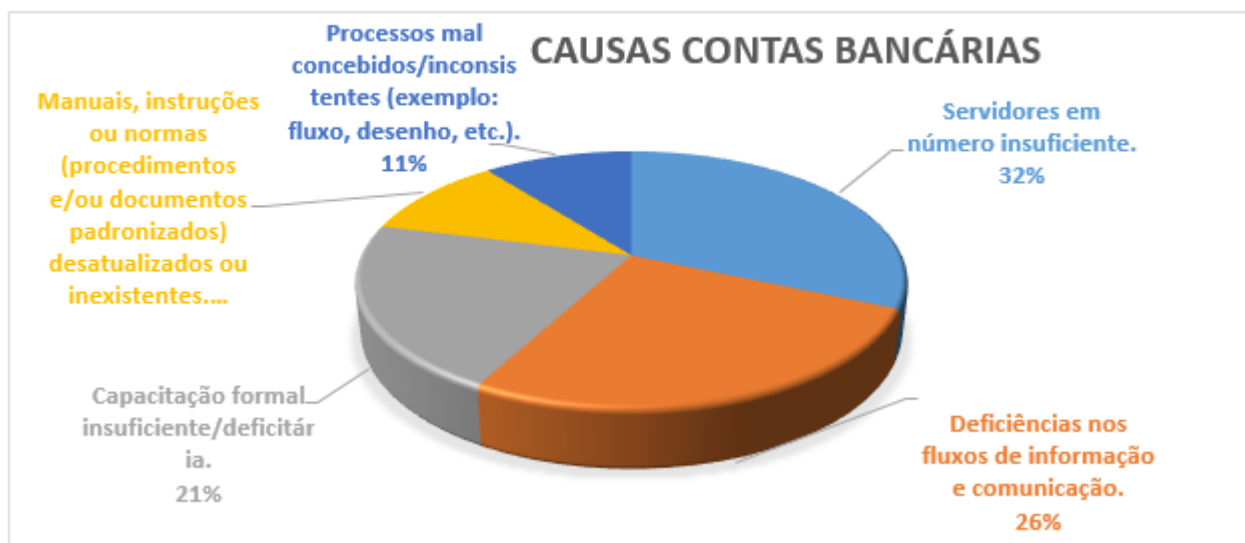
Foram identificados 19 achados de causas, sendo que a causa Servidores em Número Insuficiente alcançou 32% (trinta e dois) por cento do total, e causa Deficiências nos Fluxos de informação e comunicação chegou a 26% (vinte e seis) por cento.



# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 2.2 Achados de Causas – Contas Bancárias



Foram identificados 24 achados de causas, sendo que a causa Servidores em Número insuficiente alcançou 32% (trinta e dois) por cento do total, e causa Deficiências nos Fluxos de Informação e comunicação chegou a 26% (vinte e seis) por cento dos motivos dos achados neste ponto de controle.

Agrupando os dois maiores achados de causa verificou-se que 58% (cinquenta e oito) por cento das causas identificadas no Ponto de Controle, Contas Bancárias são causa de mais de metade das incidências de problemas.

## 4.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em seu conjunto foram encontrados 48 (quarenta e oito) achados neste ponto de controle, houve incidência de 63% (sessenta e três) casos que se repetiu em diversos órgãos do Estado, o que significa que o mesmo erro ocorreu em vários órgãos, foram identificados os achados que mais se repetiu conforme lista a seguir:

1. As Contas apresentam saldos invertidos, esse achado diz respeito a lançamentos que por vezes apresentam erros de conta ou de lançamento, que levam a inverter o saldo de uma conta credora para conta devedora ou vice-versa.
2. Ativos e Passivos Empréstimos entre órgãos, nesse achado os registros demonstram que houve registro de receitas e posteriormente foi retirado, apresentando um empréstimo, normalmente isso ocorre para fazer frente a



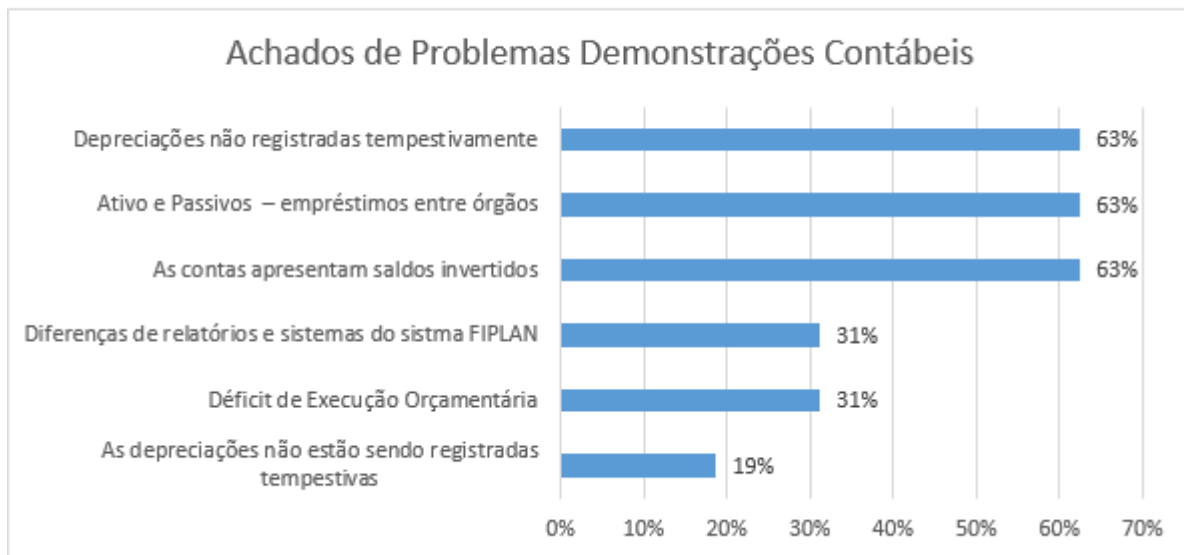
# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

- necessidade urgente de recursos financeiros que o Estado necessita atender.
3. Depreciações não registradas tempestivamente o problema do não lançamento das depreciações revela que diversos órgãos deixaram de calcular e efetuar os lançamentos dos valores da depreciação como estabelecido pelo decreto 194/2015.

Gráfico 3.1 Achados de Problemas Demonstrações Contábeis



### ACHADO DE CAUSAS

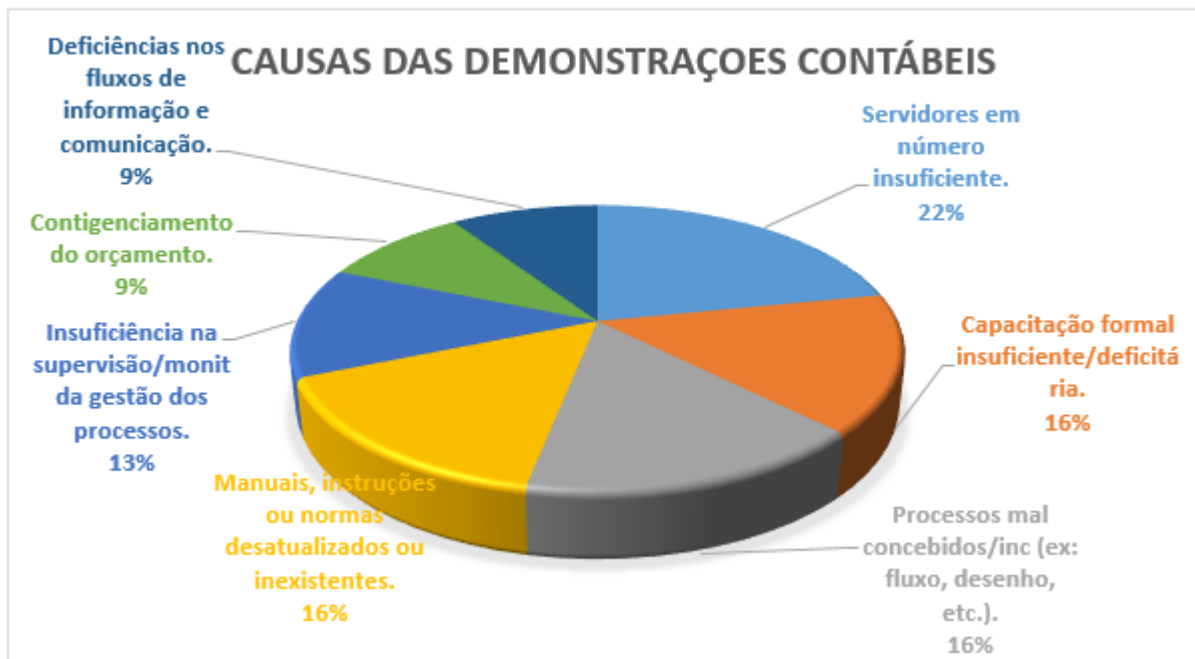
Foram identificados 32 achados de causas, sendo as 7 causas recorrentes as representadas no gráfico abaixo:



# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 3.2 Achados de Causas – Contas Bancárias



A causa Capacitação formal deficitária apareceu em 16% (dezesesseis) por cento, e causa Processos mal concebidos com 16% (dezesesseis por cento) e Manuais ou Instruções desatualizadas também com 16% (dezesesseis) por cento, outras situações ocorreram sem maior relevância.

Agrupando-se os 32 achados de causas por Fontes, verificou-se que as principais causas agrupadas estão relacionadas a Pessoas com a causa Servidores em número insuficiente com 22% (vinte e dois) por cento.

### 4.3 - DÍVIDA ATIVA

Conforme nossos trabalhos no ponto de controle não foram encontrados, nos 16 órgãos avaliados, registros contábeis da Dívida Pública.

De acordo com o artigo 39 da Lei 4.320/64, os registros devem ser realizados para maior efetividade do controle da dívida. O problema identificado é que não existem registros contábeis da dívida ativa na PGE, no órgão foi encontrado apenas planilhas no excel.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

De acordo com o Regimento Interno da PGE/MT, do inciso V do Art. 2º da Lei Complementar 111 de 01 de julho de 2.002, consta que a PGE/MT é responsável por promover, privativamente a inscrição e a cobrança da dívida ativa estadual, bem como a cobrança de todo e qualquer crédito tributário.

É ainda, o parágrafo único do art. 17 da mesma lei diz que os serviços contábeis serão afetos ao setor de Subprocuradoria de Cálculos Precatórios e Compensação, dotado de grupo de contabilidade para atender a demanda.

### ACHADO DE CAUSA

Foi identificado apenas 1 (um) achado de causa relacionado ao erro, no qual evidenciou-se a Ausência de Manual e normas sobre o tema, a despeito de existir determinação legal disciplinando a matéria, evidenciou-se que os procedimentos não foram implantados até o presente momento.

A orientação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público indica que a ausência dos lançamentos prejudica a lisura das informações contábeis dos fatos relacionados a inscrição, baixa e pagamento da Dívida Ativa.

### 4.4 - FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FIPLAN

Verificou-se que as Unidade Orçamentárias que apresentaram achados de problemas nesse ponto de controle foram SES, SESP, SECID, SINFRA, DETRAN, SEJUDH, SEDUC, SEMA, com 1 achado para cada entidade, somando 8 (oito) achados identificados nos trabalhos de avaliação.

Ressalta-se a importância de todos os servidores, em especial a UNISECI dedicar atenção a esse ponto de controle, haja vista que o tema trata de conformidade de usuários no sistema Fiplan, prevista no art. 2º do Decreto Estadual 2.320/2003, a fim de garantir a Segurança do Sistema FIPLAN.

Além da previsão legal, as pessoas que não possuem vínculo com o Estado de Mato Grosso, não podem ter acesso ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado, a situação se agrava quando usuários tem acesso de operador com autorização para lançar documentos como empenho, liquidação e Nota de Ordem Bancária, com o objetivo de realizar pagamento.



# ESTADO DE MATO GROSSO CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

## ACHADOS DE CAUSAS

Verificou-se a ocorrência em 08 (oito) órgãos manifestando problemas, neste ponto de controle, as causas encontradas foram diversas, variando por 05 (cinco) motivos de causas, verificou-se que 02 (dois) motivos de causas se destacaram com os maiores números de incidência, sendo apontado por Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão de processos com 03 (três) incidência de causas e Manuais, e Instruções ou Normas desatualizados também com 03 (três) incidências de causas.

Gráfico 5.1 Achados de Problemas – Contas Bancárias



## 4.5 - REGISTROS CONTÁBEIS

### ACHADOS DE PROBLEMAS

Foram identificados 118 (achados) achados de problemas nas unidades avaliadas, verificou que a maior incidência encontrada nos erros deste ponto de controle foi a constatação de que as garantias contratuais não estão sendo contabilizadas, com representação de 44% (quarenta e quatro) por cento dos achados encontrados, em segundo lugar nos achados de problemas está os comodatos de cessão de uso não estão sendo registrado no sistema Compensado.

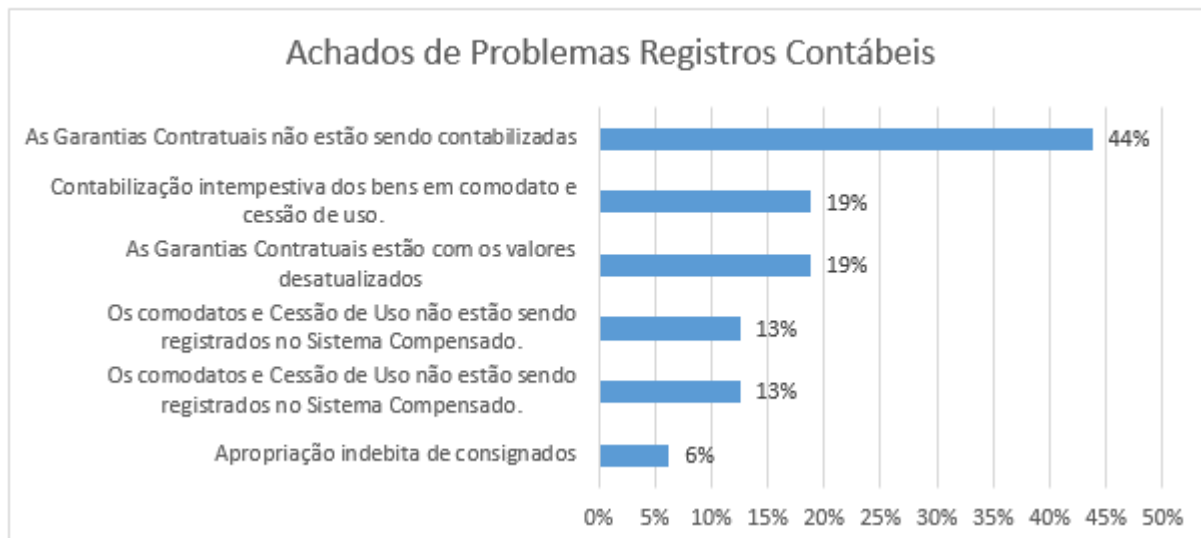


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 6.1 Achados de Problemas – Registros Contábeis



As Fragilidades foram identificados nos órgãos que apresentaram mais problemas nesse ponto de controle foram MT Saúde com 05 (cinco) eventos, SINFRA, SEDUC e SEMA cada um com 4 achados.

As UOs SECID, DETRAN, PGE, SEJUDH, SEFAZ, não apresentaram achados de problemas no ponto de controle Registros Contábeis.

### ACHADOS DE CAUSAS

Foram identificados 20 (vinte) achados de causas, sendo que deficiência no fluxo de informações apresenta maior índice percentual das causas, alcançando o número de 35% (trinta e cinco) por cento, em seguida apresenta-se Processos mal concebidos com 20 % (vinte) por cento das causas, conforme representação no gráfico 6.2 abaixo:



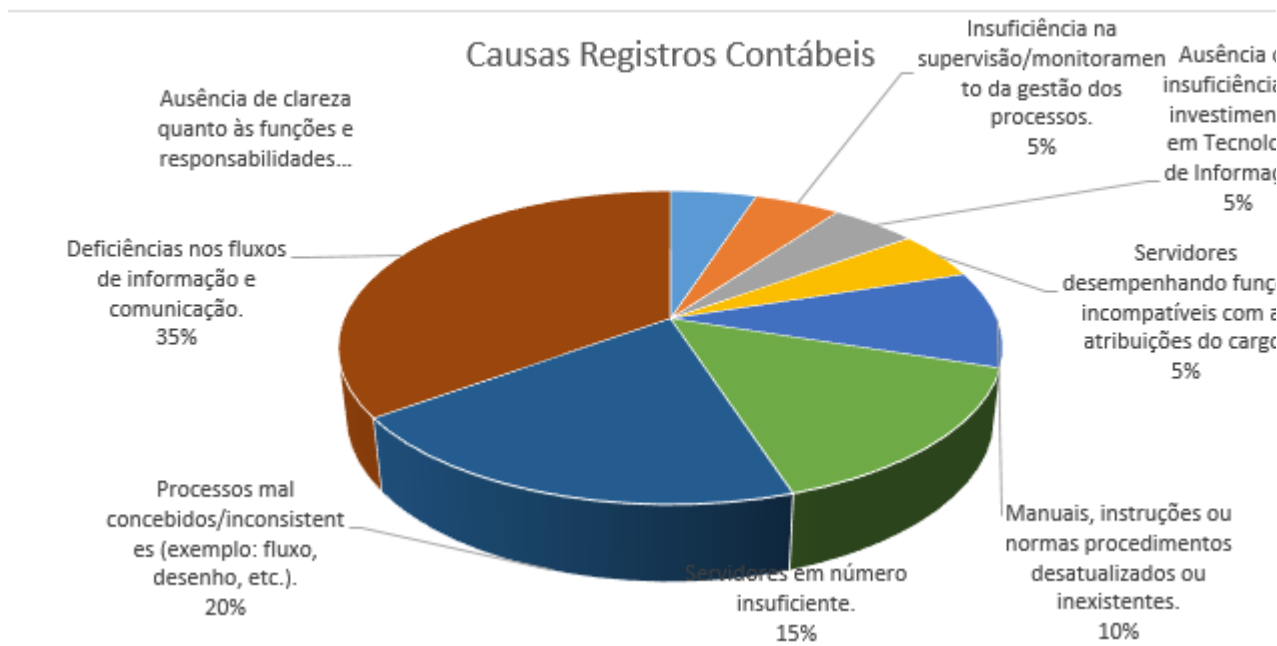


# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Gráfico 6.2 Achados de Causas – Registros Contábeis



Nota-se, necessidade de melhorar os fluxos das informações a comunicação entre os setores e pessoas, bem como necessidade de melhorar também os processos.

#### 4.6 - PRECATÓRIOS

O achado de problema predominante nesse ponto de controle foi ausência de registros dos Precatórios e registros das Cartas de crédito. Ficou evidenciado que no órgão Procuradoria Geral do Estado PGE, não foram implantados as rotinas iniciais desse procedimento.

A ausência de registro evidencia falta de efetividade na realização dos registros, prejudicando o controle em relação ao tema Precatórios, em desacordo com o estabelecido na legislação pelo artigo 58, 60, 62, 63 da Lei Ordinária 4.320/64, que determina a necessidade de escrituração dos atos e fatos.

Observou-se que os precatórios necessita definição de normas e procedimentos de registros, de modo a efetivar o controle contábil dos valores a pagar, bem como estabelecer com clareza a entidade responsável pelas as rotinas de contabilização.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### ACHADOS DE CAUSAS

Foram identificados 02 (dois) achados de causas, representando por processos mal concebidos e inconsistentes com 50% (cinquenta por cento) e Manuais, instruções, ou normas de procedimento ou documentos padronizados desatualizados com outros 50% (cinquenta por cento), ou seja, ao analisar a Fonte das causas, verifica-se que 100% (cem por cento) das causas está relacionada a Processos.

### 4.7 - ÓRGÃO CENTRAL/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

#### ACHADOS DE PROBLEMAS

Em nosso trabalho também foram avaliados os procedimentos da Unidade Central de Contabilidade da Secretária Adjunta da Tesouro Estadual quanto a sua capacidade de cumprir sua missão institucional.

Partindo dos Problemas, constatou-se que os 5(cinco) achados no órgãos central sendo tratados conforme tabela abaixo:

<b>Tabela 01 dos problemas encontrados no órgão central</b>
Os Normativos não foram suficientes para orientar as unidades sobre temas
Os créditos a receber não estão sendo registrados/reconhecidos de acordo com o regime de competência
Não há supervisão periódica (mensal, trimestral, semestral, anual) o cumprimento da legislação e dos normativos da Gestão de Contabilidade.
Não existem ações para elaborar e disponibilizar a conciliação bancária e contábil da conta única, especiais e de arrecadação.
Não orientação e monitoramento da conciliação bancária e contábil das contas correntes utilizadas pelas unidades setoriais.

Foi verificado que os problemas encontrados nos órgãos setoriais, tem as mesmas causas do órgão central, verificou-se que as vulnerabilidades permeiam tanto os órgãos setoriais como o órgão central, conforme demonstrado abaixo:

#### ACHADOS DE CAUSAS



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

Tabela 02 das causas encontrados no órgão central
Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.
Servidores em número insuficiente.
Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.
Processos mal concebidos /inconsistentes (exemplo: fluxo desenho,).

Foram identificadas deficiências nos sistemas informatizados, especialmente em função da ausência de um módulo de conciliação das contas bancárias. Essa fragilidade teve reflexo nos órgãos que apresentaram um expressivo número de achados relacionados a pendências de contas bancárias, sendo que a ausência de sistema, representou 50% (cinquenta por cento) das causas, revelando dificuldades na realização da conciliação bancária,

No Órgão Central Sefaz/MT a principal fonte de causa detectada foi "pessoas", acumulando em 25% (vinte e cinco) por cento das causas, com destaque para a vulnerabilidade servidores em número insuficiente.

Gráfico 8.1 Causas do Órgão Central de Contabilidade da SEFAZ/MT



Outra vulnerabilidade relevante identificada no Órgão Central foi processos mal concebidos, nota-se que esta causa apresenta 25% (vinte e cinco por cento) de incidência.



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

### 5 - CONCLUSÕES

Finalizada a avaliação dos controles internos da unidade central do sistema financeiro e da unidade central de gestão da contabilidade, do Poder Executivo Estadual, vinculadas a Secretaria de Estado de Fazenda, bem como, a consolidação dos dados das avaliações de controle internos de 16 unidades setoriais do respectivos sistemas, é possível apresentar as seguintes conclusões extraídas desse diagnóstico:

Uma das constatações de grande relevância no estudo do sistema financeiro, está relacionada ao funcionamento da programação financeira. As falhas estão relacionadas com a deficiência do planejamento orçamentário e financeiro, caracterizada especialmente pela baixa capacidade de priorização das ações de governo e da ausência de garantia de recursos para despesas de caráter obrigatório e de natureza continuada. Mas tem também relação com a baixa eficiência dos procedimentos adotados para acompanhar e monitorar a programação financeira que é afetada por insuficiência de disponibilidade de caixa, incorrendo em alterações da programação durante o exercício.

Entretanto, as alterações ocorridas na programação financeira não foram publicadas conforme determinava o Decreto de execução orçamentária e financeira e a intempestividade da atualização das cotas financeiras no FIPLAN foi um fator que prejudicou o cumprimento das diretrizes da programação financeira.

Percebe-se que é necessário um aperfeiçoamento do monitoramento da arrecadação e de ferramentas que permitam a emissão de relatórios de gestão financeira mais tempestivos para tomada de decisões preventivas, que sejam feitas de forma tempestividade para que as unidades setoriais possam reprogramar suas ações após as alterações orçamentárias e financeiras.

Outra constatação de igual relevância, e que está interrelacionada com as fragilidades da programação financeira, é a ausência de ações preventivas para evitar e inscrição de restos a pagar sem cobertura financeira.

Dentre as causas dos problemas descritos, destaca-se o contingenciamento do orçamento que resultou em alterações da programação financeira inicial e impactou no seu cumprimento pelas unidades setoriais.

Além disso, verificou-se que a identificação das necessidades de capacitação e treinamento às unidades setoriais ainda está aquém do desejado, embora sejam



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

realizadas capacitações, estas ocorrem após provocação das UO. A ausência de planejamento de capacitação continuada para as unidades setoriais leva ao aumento de ocorrência de impropriedades, além de aumentar a quantidade de atendimentos de suporte realizados pelas equipes.

O quadro reduzido de servidores das Superintendências e Coordenadorias avaliadas figurou como uma relevante causa dos problemas observados e relatados acima. Ações como capacitação, suporte, supervisão e monitoramento ficam prejudicadas pelo quantitativo de servidores, em relação às atribuições regimentais e demanda do setor.

Outra causa identificada foi a insuficiência na supervisão e monitoramento de acompanhamento de rotinas das unidades setoriais, fator que contribui para a ocorrência de impropriedades nas unidades setoriais, como as relacionadas ao cumprimento da programação financeira e à inscrição de restos a pagar sem cobertura financeira.

Já a análise do subsistema contábil, permitiu o conhecimento das fragilidades de controle como os relacionados à intempestividade da conciliação bancária e contábil da Conta Única do Tesouro; falhas na orientação e monitoramento da conciliação bancária e contábil das contas correntes utilizadas pelas unidades setoriais; créditos a receber não registrados de acordo com o regime de competência.

Além dos problemas identificados acima, constatou-se problemas em relação à elaboração de normativos e diretrizes para orientação e instrução em relação às políticas da gestão financeira e contábil. Verificou-se que as medidas e ações adotadas atualmente pela SEFAZ não foram suficientes, além de não ter ocorrido supervisão periódica do cumprimento da legislação e dos normativos da Gestão de Contabilidade.

Dentre as causas dos problemas apurados, de igual modo como no Subsistema Financeiro, verificou-se uma quantidade reduzida de servidores em relação às atribuições definidas em Regimento Interno e à demanda de atendimentos realizada pelo setor, representando também uma das causas de problemas do Subsistema Contábil.

Identificou-se a insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação, especificamente, necessidade de soluções tecnológicas para otimização do fluxo de trabalho das Superintendências e Coordenadorias avaliadas. A insuficiência de ferramentas de TI impacta nas rotinas essenciais dos setores, contribuindo para problemas como intempestividade da conciliação bancária e contábil e disponibilização



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

de relatórios gerenciais para tomada de decisões tempestivas. A fragilidade desse controle aumenta a vulnerabilidade de ocorrência de irregularidades e afeta a fidedignidade dos registros e a segurança do sistema financeiro.

A avaliação constatou também como causa dos problemas observados, a existência de processos mal concebidos/inconsistentes das Unidades Orçamentárias, que resultam na ocorrência de impropriedades, como as verificadas quanto aos registros e conciliações bancária e contábil, onde a devida regularização de suas pendências restou precária, fator agravado pela insuficiência de supervisão e monitoramento pelo órgão avaliado.

Neste contexto, adoção das recomendações elencadas abaixo demonstra atuação diligente na melhoria dos controles internos sobre as atividades vinculadas ao ponto de controle dos subsistemas avaliados, conseqüentemente, haverá o fortalecimento do Sistema de Controle Interno e o aprimoramento da gestão pública:

- Aperfeiçoar os procedimentos de elaboração, acompanhamento e monitoramento da programação financeira;
- Monitorar os eventos que interfiram na arrecadação do Estado de modo que seja possível antever a necessidade de revisão tempestiva das metas financeiras, a fim de que as UOs possam replanejar com segurança suas ações;
- Ampliar quadro de servidores das Superintendências e Coordenadorias, fator fundamental para realização de todas as suas atividades regimentais;
- Avaliar se o perfil técnico dos servidores que serão capacitados é condizente com o tema da capacitação/treinamento, a fim de otimizar o aproveitamento e evitar evasão de público alvo;
- Implementar termo de compromisso para que o servidor capacitado seja um agente multiplicador do conhecimento recebido em treinamento/capacitações, em conformidade com o art. 23 do Decreto Estadual nº 2.347/2014;
- Implantar suporte técnico operacional aos usuários do FIPLAN de modo que sejam esclarecidos processos e procedimentos do FIPLAN;
- Implantar no FIPLAN ferramenta que possibilite a conciliação bancária e contábil automática das contas do Estado, propiciando operações mais tempestivas;



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-MT)**

OUVIDORIA – AUDITORIA – CONTROLE - CORREGEDORIA

- Envidar medidas junto à MTI para promover o cumprimento tempestivo das metas acordadas para o aprimoramento do FIPLAN.

É nosso relatório;

À apreciação superior.

Cuiabá, 5 de Fevereiro de 2018

---

*Norton Glay Sales Santos*

Secretário Adjunto de Controle Preventivo em Substituição

---

*Fabiano Ferreira Leite*

Auditor do Estado